realizados pelas lideranças do setor no Brasil, visando a derrubar este argumento. Assim, a abertura do mercado argentino veio suprir essa lacuna, trazendo para a suinocultura um pouco do ânimo com que a avicultura brasileira de exportação vem contando há cerca de 20 anos.

A entrada dos produtos cárneos brasileiros no mercado argentino ocasionou protesto dos produtores locais junto ao seu governo, conseqüência inevitável do impacto que o gigantismo da oferta brasileira causou sobre um setor produtivo pequeno e de tecnologia defasada. Afinal, a avicultura e a suinocultura argentinas estavam acostumadas a quase não contar com a concorrência externa, como o comprova o fato de as importações de ambas as carnes terem representado aproximadamente 1% da produção interna entre 1986 e 1990.

Vale ressaltar que a reação que a carne avícola importada do Brasil gerou sobre os criadores de frango argentinos foi menos acentuada do que o ocorrido em relação à carne suína. Isto porque a capacidade produtiva da avicultura daquele país representa três vezes mais do que aquela referente à suinocultura, além de as compras de 19,8 mil toneladas de carne avícola do Brasil em 1992 terem sido equivalentes a 3,4% da produção interna (contra 10% no caso da suinocultura).

Seguiram-se barreiras não-tarifárias sobre as carnes suína e avícola provenientes do Brasil, que conseguiram frear a expansão natural das vendas prevista para o ano seguinte. Conseqüentemente, em 1993, os argentinos adquiriram 27% a menos de carne de porco brasileira do que as 18,9 mil toneladas compradas no exercício precedente. Já no que diz respeito à carne avícola, apesar dos percalços, as vendas lograram avançar 13% no período, chegando a 22,3 mil toneladas.

Ao final do ano, o conflito de interesses foi contornado por um acordo informal entre as partes, no qual o Brasil se comprometeu a vender quantidade que não viesse a pôr em risco a sobrevivência dos criadores argentinos.

O fato de, entre janeiro e outubro últimos, as vendas de 68,6 mil toneladas de carne de aves e de suínos do Brasil para a Argentina terem sido 65% maiores do que no mesmo período de 1993 pode ser considerado um desfecho de sucesso para essas marchas e contramarchas.

IRENE RAGUENET TROCCOLI

ALGODÃO

Importações subsidiadas inviabilizam produção

O Brasil, grande exportador de algodão até poucos anos, é hoje o segundo maior importador mundial.

Nos últimos cinco anos, a cotonicultura nacional vem sofrendo reduções de produção gradativas, devido à baixa remuneração recebida pelos agricultores e, basicamente, à internalização do produto estrangeiro, facilitada pela extinção da tarifa de importação em 1990.

A estrutura tarifária brasileira sofreu acentuada reformulação no final da década de 80. A tarifa do imposto de importação de algodão em pluma caiu de 55% em 1986 para 15% em 1988 e foi zerada a partir de 1990, seguindo o mesmo trâmite de outras matérias-primas têxteis, como a lã bruta, a seda, o rami, o linho e o sisal.

Desta forma, o Brasil, que já foi um grande exportador de algodão, tornou-se, em 1993, o segundo maior importador mundial do produto, sendo superado apenas pela ex-URSS.

O algodão importado muitas vezes é de melhor qualidade que o nacional, sobretudo o produto americano, sendo também mais barato e com prazos de liquidação maiores e taxas sensivelmente inferiores às praticadas internamente, o que dá muito mais vantagens à importação em detrimento da utilização do produto nacional.

Subsídios na origem

Grande parcela do produto estrangeiro é subsidiada, concorrendo deslealmente com o produto nacional, isento de qualquer tipo de subsídio governamental. O algodão norte-americano, por exemplo, é contemplado com uma complexa rede de subsídios e restrições presentes na legislação US Farm Bill. Esta

Preços do algodão no mercado externo — países selecionados

(US$ cents/libra peso — CIF)

Ano	EUA Memphis	África	Brasil * tipo 6	Paraguai	Argentina C-1/2	Paquistão Punjab	China tipo 239	Origem Índia J-34
1990/91	88,13	81,43	65,19	81,32	77,06	77,19	87,45	78,27
1991/92	66,35	61,75	58,69	61,51	55,08	58,14	71,72	
1992/93	63,08	56,40	63,85	67,20	64,31	52,66	61,59	56,40
1993/94	72,80	70,81	71,88	83,71	80,20	54,42	73,49	56,95

Fonte: Comitê Consultivo Internacional do Algodão.
* Média dos preços de pagamento à vista, sem ICMS.

Balanços de oferta e demanda de algodão

(em mil t)

	EUA		Argentina		Brasil		Paraguai		China		Índia		Paquistão		Camarões	
	93/94	94/95	93/94	94/95	93/94	94/95	93/94	94/95	93/94	94/95	93/94	94/95	93/94	94/95	93/94	94/95
Área (mil ha)	5.173	5.401	503	600	1.130	1.400	430	350	4.985	5.667	7.315	7.600	2.804	2.600	103	120
Produção	3.515	4.080	227	275	428	571	125	147	3.739	4.500	2.095	2.261	1.312	1.581	52	60
Estoque inicial	1.015	759	100	166	344	315	65	66	3.000	2.201	726	642	460	315	16	16
Importação	—	1	15	1	380	350	—	—	175	300	49	65	76	4	—	—
Consumo	2.268	2.425	120	135	835	868	14	14	4.550	4.600	2.161	2.247	1.459	1.517	4	5
Exportação	1.518	1.589	56	162	2	11	110	131	163	150	67	85	73	20	48	56
Estoques finais	759	852	166	145	315	357	66	68	2.201	2.251	642	636	315	364	16	16

Fonte: Comitê Consultivo Internacional do Algodão.

lei, além de prover subsídios para os cotonicultores, também oferece o apoio adicional do governo para os compradores do produto quando o Adjust World Price — AWP, que é o indicador do nível de mercado nos EUA, cai abaixo do Loan Rate, que é o preço de referência de empréstimo para os produtores darem andamento à safra.

Outros países também concedem apoio aos seus cotonicultores de outras formas, como a Grécia e a Turquia, que acionam políticas de suporte de preços acima do praticado no mercado internacional. Outro tipo de subsídio, além do dado aos preços, é o oferecido ao crédito, que muitas vezes inibe a comercialização do produto nacional. Ocorre que, enquanto o algodão brasileiro se ajusta às práticas de pagamento à vista e juros elevados, o produto importado entra no país com prazo de liquidação de 180 dias, às vezes até de 300 dias, e juros do mercado internacional, propiciando uma diferença expressiva, para menor, no custo de internalização do algodão estrangeiro.

Atualmente, os produtos subsidiados vêm dos EUA, Comunidade Européia, Paquistão e China.

Volta o imposto de importação

A partir de janeiro de 1995, as importações de algodão oriundas de países fora do Mercosul serão taxadas em 6%, o que, de certa forma, vem trazer uma certa tranqüilidade ao produtor nacional. Uma das razões pelas quais os cotonicultores voltaram a investir mais na cultura para a próxima safra, aumentando a área plantada, foi exatamente o retorno da alíquota de importação, além de os preços recebidos na safra anterior terem sido mais remuneradores.

Mesmo com o aumento da área plantada, a produção nacional para a próxima safra deverá atingir cerca de 600 mil toneladas, sendo o consumo, que atualmente está em 830 mil toneladas, complementado pelas importações.

A comercialização deverá ocorrer com os já tradicionais fornecedores do produto para o país, Paraguai e Argentina, e será complementada com algodão norte-americano, africano e paquistanês.

A isenção de alíquota beneficiará os países do Mercosul, mas também não causará grande inibição com relação à taxação das importações advindas de outros

países, uma vez que seus produtos, como já foi dito, recebem na fonte diversos tipos de subsídios governamentais, o que torna seus preços bastante competitivos em relação ao produto brasileiro.

Em face do crescente aumento das cotações do algodão no mercado externo, poderá ocorrer um deslocamento da oferta dos países do Mercosul, sendo suas exportações direcionadas para outras localidades, principalmente a China, que na próxima safra deverá ser um importador de peso, em conseqüência da redução de sua produção, devido ao ataque de lagartas às plantações.

Conforme os dados do balanço de oferta e demanda dos principais países produtores e levando-se em conta o Mercosul, a Argentina e o Paraguai apresentam crescimento em seus potenciais de exportação. A Argentina deverá triplicar e o Paraguai aumentará em 20% suas exportações.

VIRGINIA CARDOSO WANICK VIEIRA

SOJA

Os competidores se aproximam

As produções argentina, brasileira e paraguaia têm peso expressivo no total mundial da cultura da soja. A brasileira é a maior das três, mas é a que enfrenta mais dificuldades.

O sucesso do Brasil no mercado internacional da soja é sempre apresentado como um exemplo da vitalidade da agricultura do país. Nada mais justo. Nos primeiros anos da expansão da sojicultura, além de ela se beneficiar dos bons preços vigentes no mercado externo, tinha-se a vantagem da localização das zonas produtoras ao sul do Hemisfério Sul, o que lhes permitia vender fora da época de comercialização do maior produtor mundial, os EUA. Na mesma época, embora de forma mais lenta, um competidor aparecia na mesma região: a Argentina. Atualmente, os argentinos, os vizinhos mais fortes do Mercosul, são o maior exportador mundial dos óleos de soja e de girassol e competem com os brasileiros pela primeira posição nas exportações do grão (em 1994, o Brasil ficou em primeiro lugar). O Brasil é, também, além de segundo maior produtor de soja em grão do mundo, o segundo maior consumidor do óleo, e aproxima-se da segunda posição no consumo do farelo.

Apesar de a produção brasileira ser competitiva, é preocupante, para as entidades ligadas ao subsetor da soja no país, perceber a ocorrência de perdas de mercado para o produto subsidiado dos EUA e para a vantajosa produção argentina. Esta vantagem é objeto de estudos em diversos países. Afinal, enquanto a área plantada no Brasil oscilou desde o início da década passada, mas se manteve ao redor dos 10 milhões de hectares, a área cultivada argentina triplicou no mesmo período. O processamento industrial igualmente pouco se alterou por aqui (13 milhões de toneladas, em média), enquanto decuplicou na Argentina, chegando a 7 milhões de toneladas/ano. Neste aspecto, também começou a aparecer o Paraguai, que passou a se destacar como esmagador de soja desde 1991.

Aliás, o Mercosul, para a soja, também conta com a ascendente produção paraguaia. Os três países juntos representam aproximadamente 30% da produção mundial e 40% das exportações.

É preocupante perceber a ocorrência de perdas de mercado para a soja subsidiada dos EUA e para a vantajosa produção argentina.

Vários fatores explicam as dificuldades brasileiras

A perda de expressividade da sojicultura brasileira, segundo estudos de diferentes fontes, compilados para a elaboração da Base de Dados da Integração Agrícola e Agroindustrial apresentada nos *Estudos de Política Agrícola*, nº 24, do Ipea, deveu-se a:

"1. Alta incidência de tributos na exportação de grãos, farelo e óleo de soja e elevadas taxas portuárias, conjugadas à precária infra-estrutura de transportes.

2. Elevados subsídios norte-americanos a exportações de óleo de soja.